

Trabalhadores fecham questão: NÃO ao 2065



Granada resiste à agressão do exército ianque

A pequena ilha, de 110 mil habitantes, não se rende à invasão de 15 mil soldados de elite da infantaria superpotência de Ronald Reagan. Página 2

Cercado pela emergência em Brasília, com o povo impedido de aproximar-se, o Congresso Nacional poderá votar nos próximos dias o famigerado decreto 2.065, do arrocho salarial. O governo Figueiredo usa o medo e as ambições de deputados do PTB e outros para tentar aprovar a vontade do FMI. Os trabalhadores, porém, têm posição fechada: não ao 2.065.

Pág. 3

O que esperar desde Conclat

Mais de 5 mil delegados, reunidos em Praia Grande, enfrentam o dever de repudiar com vigor o 2.065. Pág. 5



EDITORIAL

Traficância com a fome

Antes o governo obstruía os trabalhos no Congresso Nacional para tentar impor os decretos 2.024, 2.036, 2.045, por decurso de prazo. Agora quer votar a toda pressa o decreto-lei 2.065.

A diferença é que antes o povo estava presente, fiscalizando os parlamentares e exigindo que eles cumprissem a missão que lhes foi dada pelo voto de defender os interesses populares. Mas agora, a pretexto de que o Congresso precisava de tranquilidade para votar, o general Figueiredo decretou as medidas de emergência. Isolou a capital da República e colocou os deputados e senadores sob a ameaça das tropas do general Newton Cruz — que é acusado de envolvimento no assassinato do jornalista Baumgarten e nas pressões do SNI para sustentar a revista O Cruzeiro, e que arrogantemente tomou a iniciativa de mandar invadir a sede da OAB em Brasília.

Enquanto toma estas medidas de força, para amedrontar os vacilantes, Figueiredo manda "recados democráticos" de que poderia optar por eleições diretas em 1985. Ao mesmo tempo orienta seus assessores para desencadear uma vasta campanha na imprensa dizendo que o 2.065 é muito mais brando, que é fruto de consultas e outras mentiras do gênero. E espalha a ideia de que não adianta resistir porque o 2.065 já está aprovado.

Tanta sordidez só pode provocar o desprezo e o repúdio dos trabalhadores. Mas exige também uma tomada de posição firme e unitária.

Se não poderão estar em Brasília as caravanas de mulheres e de sindicalistas que ajudaram a derrotar outros decretos da fome e do arrocho, urge que se levante a voz poderosa das massas e que seu brado seja ouvido mesmo no Congresso ora sitiado. Em particular que este grito alerte os deputados do PTB. Não vendam por 30 dinheiros os trabalhadores que

os elegeram. Não troquem por nenhum ministério a cumplicidade no massacre dos salários. O nome de cada traidor será conhecido em todo o país e será execrado pela opinião pública como agente do FMI.

O Conclat que se realiza neste fim de semana em Praia Grande pode desempenhar um papel chave. Seu primeiro pronunciamento deve ser um retumbante: Não ao 2.065! Revogação imediata das medidas fascistas de emergência! E ao mesmo tempo precisa fazer um apelo fraternal a todos os sindicalistas, em especial aos que participaram do Conclat de São Bernardo, pela união em torno dos interesses maiores dos trabalhadores, para impedir mais um atentado do governo contra o povo, a serviço do FMI. Um protesto político deste tipo pode representar uma vigorosa pressão democrática e pode barrar as vacilações de muitos parlamentares na hora da votação.

Além disto, cada Sindicato, cada entidade de bairro, cada organização popular e cada trabalhador individualmente pode tomar a iniciativa de enviar telegramas ou telefonar diretamente para as lideranças dos partidos e para cada deputado e senador exigindo respeito ao povo e rejeição do decreto 2.065.

Recuar diante deste governo moribundo é prolongar a agonia. O melhor é apressar o enterro. Acreditar nas promessas democratizantes dos generais é cair no conto do vigário. O povo é a favor de eleições diretas para presidente da República. Mas isto será obtido pela pressão enérgica das massas e não por dádiva dos ditadores. Além disto, é inaceitável a barganha deste direito, até hoje suprimido pela força do fuzil, pela aceitação do decreto do arrocho. A fome não é moeda de troca. Nem o voto.



As paraibanas, inclusive grávidas, são postas para quebrar pedras para a Dnocs, por um salário de Cr\$ 15.300,00 mensais.

Sertanejas vão à luta na Paraíba

A participação da mulher nas frentes da seca e na batalha por comida. Pág. 8

Legalidade do PC do B, uma causa dos democratas

Mais de 70 deputados federais assinam nota de apoio. Pág. 8

Governo tenta usar eleição direta como cortina de fumaça

Uma bandeira justa, usada em manobra diversionista. Pág. 3

Urnas atestam o começo do fim do peronismo

O que muda na Argentina depois da eleição. Página 2



Posseiros da Bahia lincham grileiro

Após assassinar um posseiro foi morto a golpes de machado e cacetadas. Página 5

Crimes dos EUA, em Granada



O soldado de Reagan aprisiona um guerrilheiro em Granada. O alvo predileto das EUA foram os civis.

Começou a ser revelada a verdade sobre as atrocidades cometidas pelos soldados de Ronald Reagan em Granada. Os "corajosos" marines centraram sua ação no bombardeio e na destruição de hospitais, hotéis e alvos civis da pequena ilha. Enquanto isso, persiste a resistência de elementos do exército e das milícias populares de Granada, agora na guerrilha.

Nos primeiros dias da intervenção, Reagan proibiu o acesso à ilha dos jornalistas norte-americanos. Foi um ataque sem precedentes à liberdade de imprensa nos EUA, que não ocorreu nem na guerra do Vietnã. Junto com os relatos da imprensa, que só agora começam a chegar, surgem os testemunhos de barbaridades e dos crimes dos marines ianques.

No dia 25, aviões norte-americanos bombardearam o hospital psiquiátrico de Saint George, matando pelo menos 47 pacientes e deixando mais de 60 desaparecidos. Os aviões bombardearam também centros turísticos, hotéis e até mesmo a emissora de rádio.

Os jornalistas afirmam que são soldados granadinos que desenvolvem, agora, os combates guerrilheiros nas montanhas. Os EUA haviam divulgado que eram cubanos, visando a abrir caminho para mais uma provocação imperialista. Tropas ianques cercaram a embaixada de Cuba em Saint George e deram 24 horas para os diplomatas saírem da ilha.

A Casa Branca teve dificuldades para fazer com que mesmo seus aliados mais próximos apoiassem o crime contra Granada. Reagan não consegue esconder que a brutal agressão só pode ser entendida dentro da política imperialista de expansão e controle de áreas de influência, numa disputa acirrada com a URSS pelo domínio do mundo.

No caso de Granada, os EUA avançaram sobre uma região tradicionalmente sob controle da Inglaterra, sua fiel aliada, que também se sentiu atingida pela intromissão armada dos marines, a qual passa o país diretamente para a tutela norte-americana.

(Luís Fernagões)



Sawan recebe da vereadora Dagmar o título de cidadão de Goiânia

Goiânia homenageia o povo palestino

Com vivas à Organização pela Libertação da Palestina e gritos de "Abaixo o Imperialismo!", o representante da OLP no Brasil, Farid Sawan, recebeu no último dia 27 o título de cidadão goianiense, proposto pelo vereador Adalberto Monteiro, do Bloco Popular do PMDB. Adalberto saudou o novo cidadão de Goiânia: "Entendemos que, se por um lado os opressores, os tiranos, os fascistas, os imperialistas e os ladrões de todas as raças agem unificadamente para dizimar, saquear e escravizar os povos, nós, de todas as pátrias, que amamos a vida, o progresso e a justiça social, devemos também nos unirmos internacionalmente para derrotar as forças inimigas do homem e da natureza".

Após o recebimento do título, o homenageado agradeceu: "Não é Farid Sawan quem recebe aqui este título, mas todo o povo palestino que luta obstinadamente pelo direito a uma pátria. Da mesma forma, esta homenagem é extensiva a todos os povos do mundo que lutam contra a opressão e pela sua autodeterminação." Após referir-se ao ato que vitimou mais de 200 soldados americanos e franceses no Líbano, o representante palestino condenou a invasão de Granada pelos norte-americanos e sentenciou: "O povo de Granada comará com o apoio de todos os povos que lutam pela independência nacional e pela liberdade, para expulsar as tropas invasoras de seu território." (da sucursal).

Pacifistas poderão ser baleados na Inglaterra

O governo da Inglaterra está ameaçando matar os participantes de manifestações pela paz. Segundo o ministro da Defesa britânico, Michael Heseltine, os pacifistas correm o risco de serem baleados por soldados se penetrarem na base aérea de Greenham Common, quando os mísseis nucleares norte-americanos Cruise já estiverem instalados no local. A primeira-ministra, Margaret Thatcher, confirmou a ameaça de seu ministro: "É dever de todos os governos defenderem as instalações militares".

de 154 presos e 31 feridos só na capital, Santiago. Em várias cidades do interior também se registraram conflitos entre os manifestantes e a polícia. Na Universidade de Santiago cerca de mil estudantes enfrentaram durante quatro horas a polícia antiterrorismo, que feriu vinte jovens a metralhadora.

Fato inédito em relação às jornadas anteriores: a manifestação de um grupo de pessoas que saiu às ruas carregando registros das vítimas da repressão, gritando "assassinos, assassinos" aos policiais.

"Nem com Super-Homem os EUA vencem a Nicarágua"

Só com a ajuda do "Batman, Super-Homem e do Homem Aranha" os Estados Unidos teriam sucesso numa aventura militar contra a Nicarágua. A afirmação é do ministro do Interior do governo sandinista, Tomas Borge. "Aqui na Nicarágua", desafiou o ministro, "os marines encontrarão um povo de heróis, milhões de heróis que farão de cada palmo do território uma trincheira de combate." Em artigo no "Baricada", jornal oficial do governo, Borge afirmou que o fato de mais de 6 mil soldados norte-americanos não conseguirem dominar a resistência patriótica de Granada, significa "a maior derrota moral" do governo de Ronald Reagan.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

Aos gritos de "pão, trabalho, justiça e liberdade", dirigentes sindicais, líderes políticos e centenas de manifestantes chilenos realizaram a sua 7ª Jornada Nacional de Protesto no dia 27 de outubro, apesar das ameaças do general Pinochet de decretar "estado de sítio" e de expulsar "os agitadores" do país.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

A manifestação, convocada pelo Comando Nacional de Trabalhadores e apoiada por todos os partidos de oposição, foi violentamente reprimida pela polícia, deixando um saldo de mortos e feridos.

Truculência ianque na América Latina

Quando os Estados Unidos desembarcaram tropas em Porto Rico, em 1825, estavam dando partida para toda uma época de expansionismo. Essa tendência se agravou na virada do século, quando se transformaram numa potência imperialista emergente. O Caribe, pelo controle que possibilita do Atlântico e do Pacífico, além de contar com o Canal do Panamá, sempre foi importante palco das intervenções militares ianques.

O imperialismo americano já encontrou o mundo dividido pelas velhas potências, e teve que entrar em choque militar para conseguir uma nova vitória. Assim foi em 1898 desencadeada a guerra hispano-americana, uma luta pelo controle de Cuba e de Porto Rico.

Em 1898, quando as forças patrióticas cubanas, comandadas por José Martí, preparavam-se para derrotar os espanhóis e tomar o poder, a Casa Branca declarou guerra à Espanha e ocupou militarmente Cuba. No mesmo processo, Porto Rico foi ocupada. Os espanhóis não agüentaram a briga e tiveram que ceder ao imperialismo americano a ilha de Porto Rico, todas as ilhas pequenas das Índias Ocidentais e as Filipinas. Até hoje Porto Rico permanece colônia norte-americana.

AS INVASÕES DE PORCOS

Washington ainda mandou invadir Cuba outras quatro vezes neste século, tentando impor governos lacaios em 1906, 1912, 1917 e 1961, sendo que durante este último ano o presidente Kennedy financiou e organizou a triste invasão da Baía dos Porcos, irragorosamente derrotada.

Uma das mais longas carnificinas militares ianques se deu no Haiti, de 1915 a 1934. Através dos marines, os monopólios americanos deslocaram seus concorrentes franceses e impuseram à ilha uma profunda dependência que continua até hoje.

O CARIBE VIOLENTADO

Outra vítima predileta do expansionismo ianque no Caribe é a República Dominicana. Em 1907, através da ameaça de

intervenção militar, os EUA forçaram o governo do presidente Ramón Cáceres a assinar um protocolo que outorgava aos norte-americanos o controle pleno sobre as finanças, o comércio externo e as alfândegas da República. Em 1916, perante a iminência da vitória eleitoral de um governo contrário a este protocolo, os marines invadiram e ocuparam o país. Em 1924, os EUA viram-se forçados a retirar suas tropas da República Dominicana, mantendo, no entanto, a continuidade de sua política através do sanguinário chefe da Guarda Nacional, R. Trujillo. Em 1965, o presidente Johnson voltou a ordenar a invasão da ilha para evitar a posse do governo eleito de Juan Bosch.

Assim como está acontecendo com Granada, o imperialismo americano sempre usa o mesmo argumento para justificar suas intervenções — é preciso "defender as vidas de cidadãos norte-americanos em perigo" — a história dessas invasões traz muitas lições aos povos latino-americanos.

Surpresa nas eleições da Argentina

Num resultado surpreendente, a União Cívica Radical ganhou disparado as eleições gerais do dia 30, na Argentina. Com maioria absoluta no Colégio Eleitoral e na Câmara, o candidato da UCR, Raul Alfonsín, garantiu sua eleição à Presidência da República.



Um milhão de argentinos foram ver o comício final de Alfonsín

A UCR ficou com 50% dos votos, contra 30% para o peronismo, 2% para o Partido Intransigente e o restante dividido entre brancos, nulos e demais agremiações políticas.

Foi impressionante a torrente de participação democrática que tomou conta do povo argentino na campanha eleitoral: Nos comícios finais da UCR e dos peronistas, um milhão e dois milhões de pessoas, respectivamente, eram levadas ao delírio com as palavras de ordem contra a ditadura militar.

GENERAIS DERROTADOS

Os dois partidos mais direitistas — a Aliança Federal e a União Centro Democrático — tiveram uma votação insignificante.

E nem um único grupo concorreu defendendo os generais fascistas; todos os partidos fizeram campanha condenando os sete anos de regime militar.

A situação de desgoverno na Argentina é tamanha, que os próprios generais fascistas anteciparam a data de entrega do poder. Alfonsín será empossado em 15 de dezembro, 45 dias antes da data inicialmente marcada.

A relação com os militares vai ser um dos pontos mais delicados e decisivos para o novo poder. A sede do Partido Radical está sendo assediada por centenas de mões da Praça de Maio, que exigem saber o paradeiro dos mais de 25 mil "desaparecidos" do período de ditadura.

Um passo importante

Cada eleitor argentino votou pensando em enterrar de uma vez por todas o terror implantado pelos generais fascistas. A conquista de eleições vai abrir um novo processo político na Argentina e vai influenciar a luta democrática nas ditaduras vizinhas, como o Brasil e o Uruguai.

A eleições se realizaram sem passar por um período prévio de liberdade, apesar de os militares caírem na defensiva. Nas novas condições, cabe ao povo argentino, e em particular à classe operária, tomar a iniciativa de não aceitar compromissos com o sangue dos trabalhadores, democratas e patriotas; exigir explicações sobre os desaparecidos e a punição dos criminosos, o desmantelamento do aparato repressivo, a plena liberdade política, o cumprimento de todos os acordos feitos no país e uma política de acordo com os interesses nacionais e populares.

Assine a Tribuna Operária

Considero o jornal Tribuna Operária um real instrumento a serviço das aspirações e das lutas populares e democráticas que ora se desenvolvem no país. Pela clareza de suas análises, pela justiça de suas propostas políticas, e pela firmeza de suas convicções, desempenha seguramente o papel de um verdadeiro jornal de massas, porta-voz autêntico dos interesses do povo brasileiro.

Célio de Castro, presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte e membro da Executiva da Comissão Nacional Pró-UCR.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária
() Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 10.000,00
() Anual Comum (52 edições) Cr\$ 5.000,00
() Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 5.000,00
() Semestral comum (26 edições) Cr\$ 2.500,00
() Exterior, anual 70 dólares
Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01518
Nome: Paulo Ricardo Santos Gonçalves
Endereço: Rua Santa Catarina, 100 - Bela Vista - São Paulo, SP
Cidade: São Paulo Estado: SP CEP: 01518
Profissão: Eng. Agrônomo Data: 11/11/83

A primeira derrota dos peronistas

Um dos traços mais marcantes do pleito na Argentina foi a derrota do Partido Justicialista (peronista). Os peronistas eram, desde 1945, a principal força política do país, com grande penetração na classe operária. São os responsáveis pelo desvio da para o caminho reformista do forte movimento sindical argentino.



Perón, ao lado de Evita

O movimento peronista nasceu em 1945 com a ascensão de Juan Domingo Perón ao poder. Perón levou a cabo uma política de cunho nacionalista-populista: o comércio externo, o banco, as estradas de ferro e os serviços públicos foram todos nacionalizados. Mas sua política também se voltou para defender o reformismo e combater a influência das posições revolucionárias — e em especial a dos comunistas —, na classe

operária e no povo trabalhador. Vem daí um dos lemas centrais do movimento: "Nem ianques, nem marxistas. Peronistas". Em 1946 e 1951, o Partido Justicialista nas eleições gerais. Em 1955, foi derrubado por um golpe civil-militar instigado pelo imperialismo norte-americano, sendo então proscrito. Só em 1973 voltou a concorrer nas eleições, alcançando 61% dos votos e trazendo Perón de volta do exílio para a Presidência da República.

Já aqui as posições de Perón para com os interesses imperialistas eram muito mais "moderadas" e conciliadoras, refletindo o próprio enfraquecimento da burguesia nacional argentina, a quem representava. Depois de sua morte, em 1974, as posições mais direitistas e anticomunistas tomaram conta do movimento peronista. Estas forças, em 1975, chamaram os militares para reprimir a crescente luta popular da época, o que lhes possibilitou desfechar o golpe de 1976. E este compromisso dos dirigentes peronistas com o início da escalada fascista que em grande medida permitiu a vitória de Alfonsín no atual pleito.



Sarney, Américo de Menezes, Leito, Rocha, Bulhões, Figueiredo, Marchezan, Maximiano e Délio: será que mudaram mesmo?

Por que Figueiredo fala em direta?

Os últimos dias trouxeram certas novidades ao discurso dos maiores figurões do governo Figueiredo, e do próprio general-presidente. Ainda há pouco, eles não toleravam sequer a hipótese de eleições diretas para a Presidência da República. Agora, acenam com ela. Engana-se, no entanto, quem acreditar nesta súbita conversão. É uma manobra diversionista.

Figueiredo não trata do assunto em público, mas insinua-o em conversas a portas fechadas, com políticos do PDS que logo correm para relatar à imprensa as boas intenções do general: "Eu acho que se deve pensar na hipótese de eleições diretas", é o recado que transmite.

Há observadores políticos em Brasília que acreditam e até já dão a questão por decidida. Segundo eles, Figueiredo não admitiria a possibilidade de uma vitória do "presidencialável" Paulo Salim Maluf na briga sucessória e, para impedi-la, estaria disposto a aceitar o pleito direto, que evidentemente desclassificaria o impopular Maluf.

O raciocínio é engenhoso, entretanto não convence em diversos aspectos; não explica em particular o porquê dessa mudança de postura logo agora.

SINUCA DE BICO
Tudo indica, ao contrário, que se trata apenas de uma

tentativa de desviar as atenções da posição difícil, verdadeira "sinuca de bico" em que o regime militar se coloca a partir do último dia 19.

Ao ver derrubado o decreto-lei 2.045, o regime reagiu truculenta e canhestamente: decretou as medidas de emergência, fez do general Newton Cruz o vice-rei de Brasília, mandou a Polícia Federal fechar a Ordem dos Advogados... E provocou com isso tamanha reação, que até o presidente em exercício do Congresso, senador Moacir Dalla, um homem do PDS, passou a solicitar a revogação das medidas de emergência. Ficou patente para todos a chantagem do Executivo.

A administração Figueiredo tem ordem do FMI para aprovar a qualquer custo sua política. E, como perdeu a maioria na Câmara dos Deputados, julga indispensável manter o Distrito Federal sob o tacho do general Cruz, para intimidar os parlamentares vacilantes e manter o

povo longe da Praça dos Três Poderes. Porém, ao mesmo tempo e pelo mesmo motivo, precisa de alguma coisa que sirva como moeda de troca na chamada negociação com as oposições moderadas e com as conciliadoras, em troca da aprovação do decreto 2.065. Não foi por acaso que as alusões à eleição direta começaram justo quando esta situação se criou.

Dai a súbita simpatia pelo voto popular que se espalhou pelos governadores pedessistas de Santa Catarina, Pernambuco, Maranhão e Piauí, pelos ministros militares Rubem Ludwig, Maximiano da Fonseca, Délio Jardim de Matos, pelos paisanos Hélio Beltrão e Leito de Abreu, até atingir Figueiredo.

São, contudo, apenas acenos, nada político, nada para valer. Quem acreditar nesses, na esperança de vender o salário dos trabalhadores em troca das eleições diretas, vai se dar mal. Este governo já faltou com a palavra um número de vezes mais que suficiente para perder qualquer crédito. A justa e generalizada aspiração por eleições presidenciais diretas terá de encontrar outras formas para se viabilizar.

Oposição de verdade não pactua com o 2.065

As principais lideranças verdadeiramente oposicionistas no Congresso Nacional começam a se mobilizar contra o decreto 2.065 do arrocho salarial. Enquanto isso, o PDS acelera a sedução dos deputados do PTB, às custas de corrupção, traição e mesmo chantagem, na busca dos votos necessários para aprovar o decreto no prazo exigido pelos agiotas do FMI.

Por enquanto, o comportamento do conjunto da bancada petebista é uma incógnita, embora o líder do partido, deputado Celso Peçanha, e seu presidente em exercício, deputado Ricardo Ribeiro, já tenham declarado abertamente que não só votariam a favor do arrocho, como farão todo esforço para atrair o maior número dos seus deputados.

O "MINISTRO" DO PTB
Na semana passada, no tradicional almoço de trabalho dos líderes da oposição, Celso Peçanha pôde sentir o que representa sua adesão ao governo. Os outros líderes decidiram que, na presença do "ministro" — como Peçanha já é chamado ironicamente nos corredores do Congresso —, nada poderia ser discutido. E transformaram o almoço numa mera reunião social. O líder do PT, deputado Ailton Soares, relata: "Eu disse a ele que não poderíamos discutir a estratégia da oposição na sua presença, já que a partir de agora ele havia aderido descaradamente ao governo".

Forma-se assim um quadro de dificuldades para a rejeição do decreto, agravado pela vigência das "medidas de emergência" no Distrito Federal, a cargo do truculento general Newton Cruz — que promete impedir a qualquer custo a presença de caravanas de sindicalistas e populares ao Congresso durante a votação. Como se recorda, este foi um elemento decisivo para a derrubada dos decretos 2.024 e 2.045.

As forças verdadeiramente oposicionistas, porém, não desistiram da luta pela rejeição do 2.065. Na terça-feira passada, a Executiva do PMDB deu importante passo para isso, ao convocar o Diretório Nacional para fechar questão contra o decreto. A decisão amadureceu após um acalorado colégio de vice-líderes, na qual a maioria defendeu o fechamento da questão. "Antes, algumas lideranças defendiam a posição contrária mas, diante das argumentações de grande parte dos vice-líderes, a posição mudou, e hoje o partido defende com força o fechamento da questão e fará tudo para rejeitar o decreto", explicou o vice-líder Haroldo Lima.

Para o líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, "essa decisão da Executiva foi importante na medida em que, sendo tomada quase por unanimidade (oito a dois), significa um posicionamento claro do conjunto do partido pela rejeição do decreto". A reunião do Diretório Nacional foi marcada para a próxima quinta-feira, dia 10.

POSIÇÃO ENFÁTICA
O próprio Freitas Nobre tem posição enfática sobre o 2.065: "Todos esses decretos são lesivos não apenas ao trabalhador de baixa renda, mas aos profissionais liberais, aos pequenos e médios empresários e ao conjunto da política de salários do país. Não nos podemos em nenhuma hipótese concordar com isto. Vamos rejeitá-lo".

O deputado Renan Calheiros também não vacila: "A rejeição do 2.065 se impõe pelos mesmos motivos pelos quais já rejeitamos os decretos anteriores. Afinal o 2.065, como os outros, é fruto dos acordos com o FMI e da política de arrocho salarial do regime, que precisamos derrotar".

Para o líder do PT, deputado Ailton Soares, derrotar o 2.065 é derrotar o governo e o FMI: "Esse decreto é odioso quanto ao mérito e quanto ao conteúdo. Confisca salários e estabelece restrições à sociedade civil que levarão a uma recessão ainda mais profunda, à fome e à miséria. Além disso, representa a mais forte ingerência do FMI em nosso país. Até mesmo o processo de votação no Congresso está sendo conduzido pelo FMI, que agora marca a data para as nossas votações".

Obedientes ao Fundo, o governo e o PDS tentarão votar o decreto ainda na terça-feira, mas as oposições se preparam para impedir que isto aconteça: "Nós faremos tudo para não permitir que o regime interno do Congresso seja avilado", diz o deputado Freitas Nobre. (da sucursal)



Por oito a dois, a Executiva do PMDB optou por fechar questão contra o decreto

"Diálogo é falsa conversa"

O deputado federal Aldo Arantes, do Bloco Popular do PMDB de Goiás, fez um pronunciamento no grande expediente da Câmara em que analisa o decreto-lei 2.065 e denuncia a "falsa conversa de negociação e diálogo", em que o governo tenta manter sua política, "apenas enfeitada com algumas perfumarias". Eis os principais trechos do discurso de Aldo Arantes:

"Mais uma vez a nação é embriada numa falsa conversa de negociação e diálogo. Apesar das brigas intestinais que correm o núcleo do grupo palaciano, das brigas entre os ministros Delfim Netto e Leito de Abreu e do desespero das lideranças do PDS, assustadas com a péssima recepção que sua própria bancada deu ao 2.064, o novo decreto (o 2.065) traz poucas novidades. Ele mantém a essência da política antipopular e antinacional do regime, apenas enfeitada com algumas perfumarias que servem para alusar seus eleitores sobre a nação.

"As alterações feitas no decreto objetivam exclusivamente atrair parcelas desta Casa para uma armadilha. Disfarçada de negociação, essa estratégia visa, apenas, a obter o aval desta Casa para toda a política de traição nacional perpetrada pelo governo. Aprovar este decreto significa compactuar com a política ditada pelo FMI.

"O decreto 2.065 não interessa à classe operária e aos demais trabalhadores, na medida em que continua reduzindo os salários do povo brasileiro. Passar de 80% para 87% de aumento pouca diferença faz. Na verdade, o trabalhador brasileiro, mesmo que tivesse seu salário reajustado em 100% do INPC, estaria igualmente sendo penalizado. Num processo de altos índices inflacionários, de custo de vida astronômico e com os índices expurgados, qualquer reajuste que não seja superior a esses índices causa prejuízo e perda do poder de compra dos assalariados.

"Na verdade, o que os assala-



"Aprovar é compactuar com o FMI"

riados deste país necessitam de uma política de correção automática dos seus salários, sempre que o índice do custo de vida atingir um determinado patamar. Só esse mecanismo garantiria a manutenção do seu poder de compra.

"Os pequenos ajustes promovidos pelo governo no decreto não foram para agradar os políticos, mas sim para tranquilizar os credores.

IMPOSSÍVEL DIALOGAR
"A verdadeira saída para a crise não está na recessão econômica, no arrocho salarial e na desnacionalização da nossa economia. A verdadeira saída para a crise está na suspensão do pagamento da dívida externa até que a nação se pronuncie sobre ela, e na reorientação da nossa economia para o mercado interno através da adoção de medidas que beneficiem o assalariado, promovam uma justa distribuição de renda, levem ao crescimento do nosso parque industrial, a uma melhor distribuição da terra e à produção prioritária de alimentos.

"Como o atual governo não aceita promover qualquer alteração de fundo nos rumos de sua política, não há nenhuma possibilidade de diálogo, de consenso. E preciso, na verdade, a construção de um grande movimento de unidade popular e democrática capaz de pôr fim a esse regime." (da sucursal)

Preso político faz greve de fome no Paraná

O jornalista Juvêncio Mazzarollo, preso há mais de um ano em Curitiba com base na Lei fascista de Segurança Nacional, encontra-se em greve de fome desde o dia 23 de outubro. O protesto dirige-se contra a decisão do Superior Tribunal Militar, que agravou a pena de Mazzarollo para dois anos de cárcere, sem ouvir o réu ou a defesa.

Juvêncio Mazzarollo, editor do jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu, foi condenado em setembro de 1982 por denunciar a escandalosa corrupção dos governos municipais, estadual e federal naquela cidade, por apontar as violências cometidas pela polícia, por defender os agricultores que a Itaipu Binacional expulsou de suas glebas, por se posicionar a favor dos colonos do Lote Grande, despejados da terra que ocupavam há 20 anos, e por denunciar a intromissão militar em assuntos civis.

RESTRIÇÕES CARCERARIAS
Encarcerado na Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, a 30 quilômetros de Curitiba, o prisioneiro político passou a sofrer graves restrições no regime de carceragem depois da rebelião e da tentativa de fuga dos pres-

tos comuns, ocorrida às vésperas do Natal de 1982.

Em solidariedade ao jovem jornalista vítima da Lei de Segurança, formou-se no Paraná o "Comitê Juvêncio Mazzarollo", com ampla adesão de entidades e personalidades democráticas. E graças à atividade do Comitê, Juvêncio foi finalmente transferido para outro cárcere, no bairro curitibano do Ahu, e em seguida para o Corpo de Bombeiros.

Entretanto, com a ampliação da pena e com a perspectiva de mais um ano de prisão arbitrária, o jornalista viu-se forçado a fazer uso do recurso extremo da greve de fome. Além de protestar contra a sentença do STM, ele apela para que o Supremo Tribunal Federal julgue com



Mazzarollo: dois anos de cárcere

a máxima rapidez o recurso encaminhado pela defesa; reivindica o relaxamento das condições de prisão; apela ao governador José Richa e ao governo peemedebista do Estado para que manifestem maior empenho em sua libertação, e protesta também contra a prisão dos demais atingidos pela LSN.

O QUE FIZERAM COM RUI FRAZÃO SOARES?
O jovem dirigente do Partido Comunista do Brasil, Rui Frazão Soares, foi sequestrado em maio de 1974 em plena feira de Petrolina, no sertão pernambucano, por seis homens que se diziam da Polícia Federal. Desde então, passados quase dez anos, nunca se soube de seu destino. Agora sua mulher, Felícia de Moraes Soares, e seu filho Henrique, de 11 anos, entraram com uma ação na 1ª Vara da Justiça Federal de Recife, para esclarecer o caso e responsabilizar o 4º Exército e a União pelo "desaparecimento" de Frazão — ao que tudo indica assassinado pelos órgãos repressivos da ditadura militar-fascista. Uma ação semelhante, no Rio de Janeiro, terminou com a condenação da União pela morte de Mário Alves, assassinado sob torturas no DOI-CODI do 1º Exército, em 1969.

Salário em março de 1983	Salário em novembro pela lei 6.078, anterior ao FMI	Salário em novembro segundo o decreto 2.065	Quanto foi roubado pelo novo sistema
50.000,00	90.000,00	82.000,00	8.000,00
100.000,00	180.000,00	164.000,00	16.000,00
200.000,00	357.000,00	323.000,00	30.000,00
300.000,00	529.000,00	474.000,00	55.000,00

Três truques sujos do 2.065

1. Pelo decreto-lei 2.065, os salários reajustados este mês terão em média um aumento de 55%. O governo diz que isto representa um reajuste de 87% do INPC para o conjunto salarial. Porém não é verdade. É que ele se baseia num INPC falsificado, ou "expurgado", — que em novembro deu 64,2%. Ocorre que pelo INPC sem "expurgo", segundo os dados do próprio IBGE, que é de 69%, chegamos a um reajuste de exatamente 80% do INPC na massa salarial. Em outras palavras, o mesmo resultado do decreto 2.045.

2. No quadro acima comparando os reajustes pela lei salarial vigente antes dos acordos com o FMI, e os reajustes pelo novo decreto. Aparelentemente, as faixas salariais mais baixas são menos

atingidas; no entanto elas sofrerão duplamente: com o arrocho e com o aumento do desemprego causado pela queda na produção — uma vez que os assalariados de renda maior, brutalmente atingidos, não terão como manter o mesmo nível de consumo.

3. Mas o 2.065 não fica só nos impostos, as alíquotas do imposto de renda, os impostos sobre as empresas e principalmente sobre o mercado financeiro, taxando com força as operações com títulos públicos (ORTNs). Como é o governo que vende esses títulos, alimentando a especulação para tapar o buraco no seu orçamento, a tendência é o próprio mercado reagir, elevando ainda mais as taxas de juros, uma das principais causas da inflação brasileira.

João Amazonas depõe na CEl sobre o desemprego

Na Comissão Especial de Inquérito sobre o desemprego da Assembleia Legislativa de São Paulo, João Amazonas fez uma análise científica da crise e demonstrou que a situação exige mudanças radicais as quais alterem profundamente a estrutura do país. Reproduzimos abaixo trechos do depoimento do veterano dirigente comunista.

"A crise, em épocas anteriores, se apresentava como um dos aspectos do desenvolvimento capitalista, acompanhado depois pela depressão, pela expansão e novamente pela crise. É essa a maneira do desenvolvimento capitalista. Na época atual, estes ciclos sofrem algumas transformações. Nós hoje estamos vivendo o ciclo da crise, que já dura muitos anos e que está ainda muito longe de passar à outra fase.

"Calcula-se hoje no mundo uma faixa de 100 milhões de desempregados. E nós devemos considerar que este número não é ainda maior, porque trabalhamos só na indústria bélica, em todo o globo, 51 milhões de pessoas. Admite-se mesmo que o capitalismo na fase atual não conseguirá livrar-se inteiramente da crise. Este fenômeno pode manifestar-se como um problema crônico do qual haverá fases de maior ou menor gravidade, mas sempre mantida uma faixa de desemprego.

"No nosso país podemos dizer que se verifica a primeira grande crise industrial da sua história. Nós tivemos a crise de 1929-32, crise de âmbito mundial mas que atingiu o Brasil somente no aspecto agrário — que se manifestou na superprodução do café, não atingindo de cheio a indústria.



O depoimento de Amazonas despertou vivo interesse entre os deputados e populares presentes

indiscutível, que é a fome.

"A causa do desemprego no Brasil, como em todo o mundo, é o próprio desenvolvimento capitalista. Não existe capitalismo sem crises. Mas esta crise apresenta características próprias em cada país. No Brasil, a política econômica do governo há muitos anos se situa dentro de alguns parâmetros: promove o desenvolvimento apoiado fundamentalmente no capital estrangeiro, mantém a mesma estrutura agrária retrógrada baseada no latifúndio, estimula a formação de grandes grupos monopolistas que se aliam ou associam-se ao capital estrangeiro.

"Diante deste quadro, em que 3 milhões em São Paulo não encontram nenhuma perspectiva de conseguir o mínimo para a sua sobrevivência, é que se procura esconder o traço da propalada convulsão social. A convulsão social é apresentada desligada do fenômeno principal que lhe dá motivo, que é o desemprego em massa. Aparece como obra de subversivos. Mas a convulsão social é fabricada em série, todos os dias, por essa política econômica e social do governo. É essa política que leva ao aguçamento da luta em torno de uma questão

de mais nada que o bolo cresce, por que havia empresas para se desenvolver que necessitavam de um acúmulo de poupança. Mas essa poupança não diz muito respeito ao problema da economia brasileira propriamente dita. Esse arrocho salarial era uma das condições para a vinda de capitais estrangeiros para o país. Mão-de-obra barata: num país de matérias-primas baratas — de modo que a chamada poupança, através do aumento da mão-de-obra, ia parar nos cofres das multinacionais aqui instaladas.

"Quanto mais arrocho salarial, mais mercado interno reduzido e quanto mais reduzido o mercado interno, mais se aproximava a inevitável explosão da crise que estamos vivendo. É importante ressaltar

este aspecto porque ainda agora, quando os brasileiros se preocupam em sair da crise, justamente a questão do mercado interno continua a ser penalizada. Milhões de desempregados passam a não-consumidores ou consumidores reduzidos.

"A política econômica do governo, que se apóia no desenvolvimento do capitalismo à base do capital estrangeiro, determina problemas gravíssimos ao país, atingindo as esferas da soberania e da independência nacionais. Com semelhante política, caminha-se para um endividamento externo gigantesco. Talvez o maior do mundo nos dias de hoje.

"Eu digo por isso que estas questões básicas que se colocam para a nação — e para o trabalhador — que respeita aos salários — levam a encarar esta crise não apenas como um problema conjuntural, mas essencialmente como um fenômeno estrutural. É uma crise que coloca diante do país a necessidade de modificações profundas em sua estrutura, modificações corajosas e drásticas, único caminho para conseguir-se um progresso sólido e real".

A chamada poupança ia parar nos cofres multinacionais

"No aspecto social, os trabalhadores brasileiros há quase 20 anos vivem submetidos a uma política salarial do governo, que cada dia rouba um pouco mais o preço da sua força de trabalho. Essa orientação, no primeiro momento, encontrou a justificativa de que era necessário antes



Freda da OAB do Distrito Federal cercada pela polícia, dia 20

Advogados baianos contra o Estado de Emergência

A reunião do Conselho da OAB, seção da Bahia, terminou se transformando num ato de desagravo e protesto contra a invasão e interdição da OAB do Distrito Federal. O presidente da seção baiana da OAB, José Calmon de Passos, sugeriu que todos os presidentes das seccionais da Ordem façam um ato público em Brasília contra o Estado de Emergência.

Bastante emocionado, durante a reunião do Conselho da OAB em Salvador, José Joaquim Calmon de Passos, ao sugerir o protesto em Brasília, disse que não temia as consequências de sua proposta, "para que a gente tenha a honra de ser preso em defesa dos nossos direitos". José Calmon de Passos assegurou que a entidade não pretende ser agente provocador ou pretexto para o retrocesso, mas lembrou que "para tudo há um limite".

Em nota oficial, a OAB-Bahia garantiu que sua seccional "não se intimida ante quaisquer ameaças, e seguirá à seu lado a consciência jurídica, faz do Direito a sua arma de defesa da ordem, da legalidade e da paz social". Exige ainda a revogação imediata das medidas adotadas em Brasília como "imposição incondicional para o sossego da nação e restauração integral do estado de direito democrático, meta suprema na qual está toda a nação".

Daniel Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil da Bahia, considerou a emergência em Brasília mais uma medida de força que pretende impor "as ordens do FMI". Para o diretor do Sindicato, Jaques Wagner, os sindicalistas e lideranças populares, bem como de setores da sociedade no Congresso não deveriam significar nenhuma ameaça, como querem os autoritários do Estado de Emergência e da invasão da OAB-DF. Wagner acha que a decretação do Estado de Emergência é mais um artifício do regime militar para pressionar "autoritariamente" o Congresso, "e não democraticamente, como o povo foi lá fazer".

"ATOS FASCISTAS"

Também o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Estrepe de Petróleo da Bahia, STIEP, protestou. O primeiro secretário da entidade, José Airoton, considerou o ato do governo "arbitrário", por privar os trabalhadores de protestar e fazer um "lobby" com os parlamentares conscientes, contra o decreto salarial.

O secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Renildo Souza, entende que o Estado de Emergência decretado em Brasília significa a tentativa de desesperada do regime militar de intimidar a oposição conservadora, no sentido de apoiar o arrocho salarial representado pelo decreto 2.065, imposto pelo FMI. O Sindicato dos Metalúrgicos exige a imediata revogação desses "atos de caráter fascista", assegura Renildo. (da sucursal).

ENTIDADES PROTESTAM

O repúdio à decretação do Estado de Emergência, a invasão e a interdição da Ordem dos Advogados do Distrito Federal foi unânime na Bahia. A Associação Baiana de Imprensa divulgou nota oficial na qual se solidariza com a entidade pelas "restrições sofridas ao seu direito de reunir livremente". Já o Sindicato dos Jornalistas da Bahia, além da solidariedade, confessou-se "estarecido com o fato de que o governo, por um lado, há tanto tempo vem fazendo em processo de redemocratização do país, enquanto que, com outra face, age arbitrária e ditatorialmente".

Reacionários pressionam prefeito de Cachoeirinha

Veredores conservadores do PMDB de Cachoeirinha, município da Grande Porto Alegre, uniram-se com o PDT e o PDS para exigir o fim da administração popular da prefeitura. Os vereadores exigiram a mudança do secretariado, principalmente do Secretário de Obras, Déo Gomes, acusado de não atender os pedidos dos vereadores, dando prioridades às reivindicações dos moradores.

A administração do município, que conta com grandes problemas sociais devido à situação de miséria e desemprego, vem se notabilizando por uma administração participativa, democrática e popular. O Secretário de Obras demitido, Déo Gomes, destaca que a "prefeitura de Cachoeirinha é motivo de preocupação para os reacionários por não ser administrada de forma tradicional". Déo Gomes lembra, pelo apoio à mobilização popular e sobretudo, pelo atendimento prioritário das reivindicações do povo.

Por tudo isto, a administração de Cachoeirinha constitui-se até agora numa trincheira

da luta popular, o que contraria os interesses dos que sempre se aproveitaram da prefeitura contra o povo. Entre eles estão os empresários do transporte coletivo, descontentes com a tarifa de 70 cruzeiros, a mais barata da Grande Porto Alegre, e os loteadores, que estão sendo barrados seus tramboques.

O próprio líder do PMDB na Câmara dos Vereadores, Itamar Lazzari, admite o carterismo e o clientelismo dos vereadores ao declarar: "O vereador quer ver seu pedido de providências atendido e vê na organização popular um perigo à sua eleição".

Mas o povo está protestando contra a atuação reacionária dos falsos oposicionistas do PMDB e do PDT, mancomunados com o PDS. As Associações de Moradores realizaram atos de repúdio, e nas vilas os vereadores estão sendo convocados para explicar sua postura. Dia 31, os moradores ocuparam a Câmara Municipal para apoiar a vereadora do PMDB, Maria Andreola, a única a não participar do conchavo espúrio contra a administração municipal. (da sucursal)

3 milhões não têm uma colher de leite para dar aos filhos

"O Brasil atualmente tem mais de 5 milhões de desempregados, agora o subemprego, que é uma doença crônica em nosso país. Só em São Paulo há cerca de 1 milhão de desempregados e 1,2 milhão de subempregados. E pode-se agregar três pessoas no mínimo à família de cada desempregado. Então se depara com um quadro realmente desolador. Amanhã o dia em São Paulo e 3 milhões de pessoas, no mini-

Favelado de S. Bernardo quer terra

Dia 15 de novembro, os representantes das favelas de S. Bernardo do Campo estarão reunidos em um seminário para escolher a nova diretoria da Associação dos Favelados. Para Francisco Helder, candidato a vice-presidente na chapa única, a posse da terra é a principal luta dos favelados. A prefeitura já iniciou um plano de loteamento nas favelas.



Foto: Domingos Abreu

O prefeito Aron Galante foi pessoalmente à favela da rua da Biquinha, na Vila São José, São Bernardo do Campo, dia 16 de outubro, apresentar o projeto de 230 lotes destinados aos favelados. Em entrevista à *Tribuna Operária* o prefeito disse que de 60 a 70 pessoas procuram diariamente a prefeitura em busca de um terreno onde possam construir um barraco. Aron critica a política econômica do governo federal que leva milhares de trabalhadores para as favelas: "Se alguém tem dúvida de como estão afundando o país — esclarece ele — é só ver São Bernardo, uma das cidades mais ricas do Brasil. Em 1972, 2,2% da população eram de favelados e, em 1983, este número chegou a 14,3%".

Francisco Helder diz que a nova diretoria da Associação dos Favelados vai lutar para que a prefeitura venda lotes aos moradores das favelas dentro de boas

condições financeiras. O loteamento da Vila São José é um exemplo deste trabalho conjunto entre a Comissão de Moradores e a Prefeitura.

TRABALHO COLETIVO

João Apolônio Gomes, presidente da Comissão dos Moradores da Favela da rua da Biquinha, explica como se mobilizaram até conseguir os lotes da prefeitura: "Essa idéia do loteamento surgiu com o nosso grupo de estudo. O terreno onde moramos tem seis donos, então fizemos um abaixo-assinado ao prefeito pedindo a desapropriação. Ai foi feito o planejamento. Eu levei ao gabinete do prefeito 74 pessoas que deram as idéias. As pessoas recusaram os lotes de 75 metros quadrados. Elas queriam de 100 metros. Calculamos que as primeiras prestações deveriam ser de Cr\$ 5 mil".

João Apolônio tem uma liderança incontestável na favela. Ele era operário metalúrgico e se aposentou por problemas de saúde. Como a maioria de seus vizinhos, João veio do campo para São Bernardo em busca de melhores condições de vida. Ele sempre gostou de escrever, apesar de não ter o primário completo. Em um de seus escritos, João diz: "Por que existe a favela? A favela cresce através do migrante e através do homem do campo, porque na roça não dá mais para viver. Porque o fazendeiro dá mais para um boi ou para plantar um capim, do que para deixar um trabalhador plantar um milho, um feijão".

VIDA DIFÍCIL

João Gonçalves Reis, o Amendoim, dono de um boteco na favela da Biquinha, conta que já



O prefeito Aron Galante na favela da Vila São José. João Apolônio (acima) líder dos favelados.

foi maçariqueiro numa empreitada da Chrysler, mas há três anos perdeu o emprego. Ele também veio do campo e fala que, apesar de todas as dificuldades na favela, ainda é melhor que na roça: "Lá, a gente trabalhava das seis da manhã às seis da tarde com o feitor atrás".

A vida na favela é muito difícil. A luz geralmente é emprestada e fica em 7 a 10 mil cruzeiros para cada barraco. Um outro problema sério é o esgoto no meio da rua. Dona Albertina Niz de Jesus diz que "as crianças vivem aqui de milagre, pois brincam dentro do esgoto". Seu marido trabalhava na Volks e até três anos atrás morava numa casa de aluguel. Dona Albertina está muito esperançosa com o plano da prefeitura de lotear terrenos aos favelados e fala que "vai ser uma boa a gente sair dessa porqueira aqui".

(Domingos Abreu)

Grileiro baiano é linchado após matar posseiro

No último dia 28, os posseiros baianos da fazenda "Macacos", em Santa Maria da Vitória, fizeram justiça com suas próprias mãos: lincharam com golpes de machado e cacetadas o grileiro José Ferreira da Silva, vulgo "Zé Capa Curta", que minutos antes assassinara com um tiro o lavrador José Pereira de Souza e ferira gravemente seu filho.

Há mais de um ano, o grileiro "Zé Capa Curta" invadiu uma área da fazenda "Macacos", onde existe água pública e uma reserva de mata que beneficiam mais de 80 famílias. Revoltados, os posseiros recorreram à Justiça e conquistaram uma ação possessória. Mesmo assim, o grileiro continuou provocando os moradores e ameaçou a morte de José Pereira.

Cumpriu sua promessa no dia 28. "Zé Capa Curta" e mais dois jagunços chegaram à fazenda quando 25 posseiros levantaram uma cerca destruída. Aproximou-se e atirou covardemente, matando José Pereira e ferindo seu filho, que se encontra internado na Casa de Saúde Padre André, em Correntina, "com muito chumbo nos pulmões", segundo informa Antônio Pedro, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória. Imediatamente os posseiros reagiram, matando o grileiro.

O clima na região é muito tenso. O advogado do Sindicato, Antônio, foi ameaçado de morte e os 23 posseiros que participaram da ação sumiram da área, pois foram ameaçados de prisão pelo delegado de polícia.

13 MORTOS NO ANO
Este foi o 13º assassinato de lavrador este ano, na Bahia, o que coloca o Estado em segundo

lugar em violência no campo. No dia 1º de novembro, a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) realizou uma reunião com entidades democráticas e populares, e com Sindicatos de trabalhadores urbanos para discutir as formas de apoio aos posseiros da região, ocasião em que foi reafirmada a necessidade urgente da reforma agrária.

Entre outras decisões, a reunião deliberou formar uma caravana para ir a Santa Maria da Vitória, na missa de sétimo dia do posseiro; marcar uma audiência com o governador, e visitar a bancada do PMDB na Assembleia Legislativa para lhe pedir apoio. O deputado estadual Luís Nova esteve presente ao encontro, e o deputado federal Haroldo Lima se comprometeu em fazer um pronunciamento denunciando a grilagem na região.

ASSASSINATO EM GOIÁS
Também em Goiás a guerra não-declarada pela posse da terra fez mais uma vítima. O posseiro João José de Carvalho, 56 anos, pai de 14 filhos, levou cinco tiros no último dia 19. Os acusados pelo crime são Henrique Dias dos Reis, gerente de uma fazenda em São João, e seu filho, os quais se encontram feridos. Há muito os grileiros vinham pressionando o lavrador para que saísse de uma área de 25 alqueires que cultivava há 18 anos, na localidade de Taquari, em Porto Nacional.

A impunidade dos assassinos atirou outros grileiros. Um dia após o assassinato, um homem, que disse ser gerente de uma fazenda, entrou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional e exigiu que um filiado fosse "aconselhado" a desocupar sua posse, ou seria "morto". (das sucursais)

Neste fim de semana realiza-se o Conclat da Praia Grande de que, segundo estimativas, deve contar com mais de 5 mil delegados, representando cerca de 1.500 entidades sindicais. A Comissão Organizadora do Congresso elaborou três teses para os debates; nelas ficam evidentes certas diretrizes equivocadas. Polemizam apenas com alguns pontos centrais.

O primeiro documento aborda os graves problemas criados para o povo brasileiro pela política antinacional e antioperária do regime militar, e conclui com o propósito de formular "uma proposta alternativa à recessão, visando a mudanças na orientação econômica", apontando para a "reativação imediata dos investimentos e gastos públicos: fim da política recessiva com a retomada do crescimento econômico..."

Romper com a velha estrutura

Mas como retomar este crescimento? Apoiando-se no modelo construído pelos generais nestes 20 anos e que nos conduziu a esta situação catastrófica? O emperramento do crescimento econômico se deve às graves deformações impostas pelo regime militar no sistema de produção, obedecendo aos interesses do capital financeiro internacional.

O desenvolvimento só pode



1º CONCLAT: uma lição de unidade que é preciso relembrar em Praia Grande.

ser retomado rompendo-se drasticamente com a estrutura arcaica do país e elaborando-se um novo projeto capaz de redimensionar a economia de forma independente, guiada pelos interesses nacionais e populares. Buscar paliativos ou remédios apenas com certos investimentos, como sugere a tese, só poderia prolongar a agonia.

Esta mesma visão reformista se evidencia quando, ao tratar da dívida externa, o documento fala em renegociação e moratória. Embora estas medidas

possam representar boa intenção, não fazem mais do que adiar prazos e reescolonar prestações. A situação exige dos trabalhadores uma atitude corajosa, de romper com a dependência estrangeira. E o mínimo que se pode fazer de imediato é suspender o pagamento da dívida externa até que a nação tenha condições de se pronunciar em definitivo sobre a questão. Além de romper todos os acordos com o FMI.

A chave dos problemas do país é política. Não se pode

pensar em vencer a crise com alterações apenas na orientação econômica. Como lecho, esta tese defende corretamente uma ampla campanha por eleições presidenciais diretas. Mas, novamente revelando a visão limitada que orienta seus autores, não coloca a exigência da liquidação do regime militar. Sem pôr fim ao regime e conquistar um novo governo que represente as forças democráticas e patrióticas e o movimento popular, o país não terá como progredir.

Aos delegados presentes no Conclat

A realização deste Conclat se dá num momento grave da vida nacional. Submetidos, a uma política econômica recessiva, imposta pelo FMI, a serviço do capital estrangeiro, vivemos dias de crise aguda: a inflação atinge cerca de 200% ao ano; a dívida externa ultrapassa os 90 bilhões de dólares; o desemprego deixa sem condições de sobrevivência milhões de operários; faltam liberdades políticas e sindicais plenas, como mostram as intervenções em Sindicatos, a decretação de medidas de Emergência etc. Isso tudo inibe o movimento sindical de praticar ações mais ousadas e conseqüentes, diminuindo o seu poder de luta e mobilização.

Tudo isso torna o cotidiano dos trabalhadores assalariados um martírio de insegurança e incerteza quanto ao seu destino, ao de sua família e ao de seu país. É necessário que este Conclat discuta essa grave situação, analise suas causas e aponte os rumos de luta a serem trilhados pelos operários e pelo povo. Para superar esta situação, destacamos algumas importantes bandeiras:

- romper a dependência do país com o capital estrangeiro; por fim aos acordos com o FMI e à sua orientação econômica recessiva e antioperária; suspender o pagamento da dívida externa até que a nação seja consultada.

- desenvolver intensamente a luta pela Reforma Agrária, condição básica para a superação de inúmeros problemas nacionais.

- lutar por amplas liberdades políticas e sindicais, capazes de estimular e permitir uma participação crescente das massas nos combates por melhores condições de vida, trabalho e liberdade.

- responsabilizar o Regime Militar antinacional e antipopular por esta situação e indicar que só sua imediata substituição abrirá caminhos para superar a crise.

REUNIFICAÇÃO SINDICAL
A luta sindical se ressentiu de um surto divisionista que se concretiza na realização de dois Conclats e na criação de uma Central Sindical ligada aos sindicalistas de São Bernardo do Campo. Esta divisão não ajuda o avanço da luta sindical e não serve aos interesses da massa de trabalhadores. Serve, sim, ao patronato e a seus agentes no meio operário.

Sempre que agiu unificada, o movimento sindical obteve vitórias e jogou papel político relevante nas lutas que se travam no país. A Conclat de 1981 em Praia Grande, a greve geral do dia 21 de julho e a Comissão Unitária que intermediou as reivindicações sindicais junto aos parlamentares oposicionistas, quando da votação e rejeição dos decretos-leis 2.036 e 2.045, em

Brasília, são provas vivas de que agindo unitariamente o movimento sindical obtém êxitos e vitórias.

Considerando que o atual surto divisionista não interessa ao movimento sindical e é contrário aos anseios e necessidades das massas sindicais, esperamos que esse Conclat se posicione firmemente em defesa da unidade de luta e ação sindical — não cristalize nenhum pólo de direção intersindical, materializado em outra Central Sindical; crie uma Comissão Intersindical ampla, não-exclusivista, cujo objetivo central seja buscar junto aos membros da CUT-São Bernardo os meios e as formas de reunificação do movimento, com a realização de um Congresso Unitário no prazo de um ano, e busque condições para a reunificação, lançando as bases de uma plataforma unitária de luta que inclua, entre outros, os seguintes pontos:

- luta contra o arrocho salarial e o desemprego, concretizada numa campanha pela rejeição do 2.065.

- luta contra a opressão e exploração dos trabalhadores rurais e em defesa de uma Reforma Agrária que atenda aos reais interesses das massas camponesas e da Nação.

- luta por liberdades políticas e sindicais e pelo fim do regime militar arbitrário e repressivo. (R. Freitas)

Unidade com medidas práticas

A segunda tese fala da unidade do movimento sindical, porém fica no geral: não toca na divisão em curso e não aborda suas causas; não propõe uma outra central sindical, o que é muito positivo, mas também não defende a luta que deve ser travada para que se construa uma verdadeira Central Única dos Trabalhadores. Propõe um novo Congresso para daqui a dois anos no máximo. Entretanto não se refere ao Conclat realizado em São Bernardo que, apesar de seus equívocos, reuniu uma parcela significativa do movimento sindical, a qual não pode ficar fora de uma articulação intersindical de fato unitária. Ou seja, aborda a questão da unidade, mas não toma a iniciativa de medidas concretas neste sentido.

No plano de lutas, faltou uma proposta ofensiva para fazer frente aos decretos do arrocho — em particular ao decreto 2.065. Para isto, além de exigir do Congresso Nacional sua rejeição, é da maior importância que saia uma proposta fraternal, de unidade e luta, a todos os sindicatos. Em particular, propor aos dirigentes da Central Sindical formada em São Bernardo, uma ampla reunião nacional, nos moldes da que decidiu a greve geral do dia 21 de julho, para estudar propostas unitárias contra o 2.065, inclusive para discutir sobre uma greve geral.

Um encontro das forças populares

O documento propõe ainda um Encontro Nacional pela Democracia. Contudo limita a sua composição aos partidos e às personalidades — além, é claro dos sindicatos. Mas, como a prática tem demonstrado repetidamente, é o movimento popular que pode tomar iniciativas energéticas pela democracia. Neste sentido, é inelutavelmente justo um encontro nacional dos sindicatos, das associações de bairro e de todas as entidades e organizações operárias e populares. Se o Conclat tomar para si a tarefa de organizar um encontro deste conteúdo, poderá de fato contribuir para o avanço da luta pela liberdade e pelo fim do regime militar em nosso país.

(Rogério Lustosa)



Assembleia aprova o acordo, mas critica as "mixarias" dos patrões

Metalúrgicos de São Paulo encerram campanha salarial

Os 400 mil metalúrgicos da capital paulista encerraram sua campanha salarial na última sexta-feira, dia 28, numa assembleia com cerca de 5 mil operários. Mesmo criticando as miseráveis propostas patronais, que prevêem um reajuste nos limites do decreto 2.065 e mais um abono de meio salário, os presentes decidiram fechar o acordo com a Fiesp.

Até o último momento das rodadas de negociação, a Fiesp se manteve intransigente, desprezando as reivindicações dos metalúrgicos de São Paulo, Ousaco e Guarulhos. Recusou-se a falar em estabilidade no emprego, em reconhecimento das comissões de fábrica, e fixou o reajuste salarial nos marcos do mais recente decreto de arrocho do governo, o 2.065. "Só depois de muita briga é que os patrões aceitaram dar um reajuste acima dos rígidos percentuais do 2.065, mas de forma indireta, através de um abono de emergência que será concedido nas férias ou no 13º salário", disse Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ele também denunciou que "o ministro Delfim Netto chegou a forçar a barra para que não fosse dado nada acima da lei".

Todos os oito oradores fizeram duras críticas às contrapropostas patronais, taxando-as de "mixaria", "imposições do FMI e deste governo falido". Alguns, apesar de reconhecerem que não há clima para greve nas fábricas e que a presença na

assembleia era inexpressiva, propuseram que o acordo não fosse assinado e que se fosse a dissídio na justiça. "Prefiro levar uma derrota na justiça do que aceitar este acordo", argumentou, de forma irresponsável, um dos oradores da chamada oposição sindical. Outros, porém, ponderaram, mostrando que, indo a dissídio, a categoria poderia perder algumas conquistas sociais, o piso salarial e o próprio abono; alegaram que não havia mobilização suficiente para o confronto com os patrões. O operário Xepa, membro da comissão de negociação, lembrou que "com o 2.065 continua o arrocho" e que "em estado de emergência vivemos nós, que não temos dinheiro nem para comprar feijão", todavia concordou que "não há condições de sair para greve agora, sozinhos". A própria conquista do abono foi vista por um dos oradores como uma vitória da campanha, "mostrou o medo que os patrões têm da gente ir à greve".

Lúcio, coordenador da comissão de fábrica da Ford e membro da comissão de negociação, afirmou que "não é isso que queremos, a proposta patronal é ruim. Mas, infelizmente, a realidade é que ainda não há clima para greve. Precisamos mobilizar mais a categoria, prepará-la". No final, Lúcio reforçou uma proposta apresentada por todos os demais oradores: "Não serão apenas os metalúrgicos que irão arrebentar com estes decretos do governo. É necessária uma greve geral de todos os trabalhadores".



A crise exige propostas de luta, e não paliativos.

Foto: Luis Carlos Leite

Foto: Luis Carlos Leite

LICÕES DA LUTA OPERÁRIA

A consciência revolucionária

Espontaneamente os trabalhadores resistem à exploração e tratam de obter certas conquistas econômicas que aliviem a sua situação. Lançam-se à luta mas sem ter uma compreensão do sistema que os condena à miséria. Estas iniciativas representam um enorme papel no desenvolvimento do movimento operário mas são embriões da luta de classes, não têm ainda um caráter revolucionário.

OUSADIA ESPONTÂNEA

Os trabalhadores que têm a ousadia de fazer uma greve, ou de se organizar para invadir um supermercado, sentem de forma aguda as consequências do desemprego e do achatamento salarial. Mas não podem, nos estreitos limites da fábrica ou do bairro onde moram, compreender o sistema econômico que os condena à miséria e identificar no governo que os reprime o representante das classes dominantes. Não têm uma noção clara de que este sistema oprime também diversas outras camadas sociais e para manter este estado de coisas dispõe de um poderoso aparato policial, jurídico, burocrático.

Estes valentes trabalhadores não podem também, por si mesmos, identificar o conjunto de interesses que podem em certa etapa unir as diversas classes e camadas sociais oprimidas num movimento unitário contra o governo e contra o sistema político-econômico opressor.

Esta consciência política não pode se formar espontaneamente. Lênin indicou que "não se pode levar a consciência política de classe para o operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões, a única esfera em que se podem encontrar estes conhecimentos (políticos) é a das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o governo, a esfera das relações de todas as classes entre si".

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Esta consciência é transmitida para a classe operária unicamente através da atividade de um Partido político de vanguarda, armado com uma compreensão científica do movimento social, do funcionamento do capitalismo e da viabilidade concreta de substituir este sistema pelo socialismo. Um Partido que defenda os interesses do proletariado mas que saiba ao mesmo tempo formular um programa político capaz de unir todos os oprimidos e promover as formas de luta que facilitem a incorporação de amplas massas no combate por um novo sistema social.

ACÇÃO DA VANGUARDA

Na sua atividade esta vanguarda revolucionária não pode, portanto, se limitar a apoiar todas as lutas surgidas espontaneamente. Precisa agir entre os diversos movimentos — greves, quebra-quebras, saques etc — a idéia de que todos os protestos têm como causa um sistema determinado de exploração, defendido e representado pelo governo. E é de que enquanto uma ampla maioria sofre as consequências deste sistema explorador, uma camada de privilegiados das classes dominantes se apodera das riquezas produzidas. Necessita esclarecer que esta situação só pode ser alterada em profundidade por uma revolução, que desloque do poder as classes dominantes. E deve explicar, à luz dos acontecimentos do dia-a-dia, a política mais justa, para unir os explorados e todas as forças de oposição para realizar na prática os passos concretos que abram caminho ao movimento revolucionário. Ou seja, precisa mostrar não a situação apenas de uma classe mas de todas as classes e as suas relações de luta e de unidade.

Com um futebol desses, não dá para ser feliz

O Vôlei, o basquete, o remo, o atletismo e a natação são alguns dos esportes que venceram competições internacionais para o Brasil neste ano, atraindo o aplauso e a admiração do público torcedor. O futebol, porém, segue rompendo todas as escalas do ridículo.

O jogo do Palmeiras contra o América, pelo Campeonato Paulista da 1ª Divisão, atingia a metade do segundo tempo e tudo faria prever que o placar terminaria empatado. Não só pela monotonia da partida mas também porque ali parece satisfazer-se o apetite da equipe palmeirense, que empatou nada menos do que 23 partidas no atual campeonato.

Os minguados quatro mil torcedores já haviam desistido de tentar empurrar o time e permaneceram no estádio apenas para desfrutar inteiramente os Cr\$700,00 da entrada. Ou talvez esperando acalmar o rush do fim da tarde, que infereza a cidade com as conduções superlotadas e o trânsito rastejando em velocidade de tartaruga.

"UM DESRESPEITO"

Um solitário e dedicado torcedor, então, deu a nota de reanimação do espetáculo. Sem poder conter a indignação, invadiu o campo, brandindo o canhoto do ingresso e foi ajoelhar-se diante de Luiz Pereira, capitão e jogador-símbolo do Pal-

meiras, pedindo "gols e futebol pelo amor de Deus". A polícia foi rápida e afastou o incômodo contestante. Não antes porém que os jornalistas pudessem ouvir o seu desabafo: "... estou perdendo meio dia de serviço, e como eu, grande parte da torcida, e merecemos um espetáculo mais decente. O Palmeiras não pode continuar jogando de forma tão vergonhosa e retrancada. É um desrespeito a quem paga ingresso e traz o calor humano aos estádios..."

Ao final do jogo, onde o empate de 0 x 0 confirmou todas as previsões, os cartões nem apareceram nos vestiários. Luiz Pereira, um dos poucos que se salvam da mediocridade geral, constangidíssimo, disse que devolveria o dinheiro do torcedor, mas que a crise no futebol não era de responsabilidade dos jogadores. O técnico Minelli foi mais lúcido e contundente: "Comentar o quê? O desespero do rapaz disse tudo".

A sofrida torcida alviverde, se não vibrou com o jogo, também não poupou aplausos ao gesto do impaciente palmeirense. Aliás, a mesma torcida que no jogo anterior, contra o Santos, comemorava outro empate nos descontos do segundo tempo com o folclórico e acidental gol do juiz José de Assis Aragão. Não dá pra ser feliz.

(J. Madureira)



O melancólico gol do juiz deu empate ao Palmeiras. Minelli: sem comentários à reclamação do torcedor



Edson José Alves: o primeiro disco, após 15 anos de vida profissional

Um violonista bem brasileiro

Após 15 anos de vida profissional, o violonista Edson José Alves grava o seu primeiro LP, *Meu Violão Brasileiro*, lançado pelo Estúdio Eldorado. Um disco com choros, valsas, uma ária de Villa-Lobos. Agora, o difícil trabalho de divulgá-lo e furar o cerco das rádios, que insistem no boicote à música instrumental.

A vida de Edson José é a vida atribulada — e incerta — de um músico profissional brasileiro. Filho de músico (seu pai, Juci, trabalhou com o grupo "Bando da Lua", com "Os Turunãs", e por fim no "Regional do Caçulinha"), Edson foi incentivado a estudar em profundidade o instrumento que elegera para executar — o violão. Fez conservatório, aperfeiçoou-se. E enveredou também por outros instrumentos.

No disco *Meu Violão Brasileiro* ele executa, além do violão, o cavaquinho, o flautim e o contrabaixo, e ainda violão ovation e um violão com afinação diferente, que permite acordes dissonantes. É responsável também pelos arranjos.

"PROFISSIONAL"

"É um disco de laboratório, que eu fui montando", conta Edson. Mas para chegar a esse trabalho o músico teve que enfrentar a difícil caminhada de quem quer viver de arte no Brasil. Edson começou sua vida profissional em 1968.



A capa do disco, lançado pelo Eldorado

Acompanhou artistas, como Jair Rodrigues, em suas excursões pelo país. Trabalhou em estúdios, gravando de tudo — "Se você quiser tocar só o que gosta, fica tocando em casa. Como em todo o trabalho, nunca vou fazer só o que gosta. Você chega num estúdio e tem que gravar uma dessas músicas com só dois, três acordes, e está ganhando para fazer aquilo que estaria ganhando para gravar com Elis Regina ou Gal Costa" — e trabalhou em bares e bailes. "São atividades que até hoje desempenho. Trata-se de uma escolha profissional. Os músicos têm um trabalho muito instável. Tem época que você não

pega nada pra gravar. O ano de 1981, por exemplo, foi terrível para mim. Não estava trabalhando em nenhuma casa de música, não conseguia gravações. Até um instrumento eu cheguei a vender, pra sobreviver."

Agora José Edson tem que enfrentar a luta pela divulgação de seu disco: "Eu sei que as oportunidades não são fáceis. Hoje está havendo uma abertura maior para a música instrumental, embora ainda falte muito, muito apoio. De qualquer forma temos músicos como o Heraldo do Monte — que inclusive participa, com Dominginhos e Oímir Stocker do meu LP — que estão fazendo shows. E no *Meu Violão Brasileiro* escolhi as músicas que sempre gostei. Tem muita influência de meu pai, esse negócio de música de regional. Tem, por exemplo, o (Subindo ao céu), que é uma valsa do Aristides Borges, muito antiga, e que só tenho notícia de uma gravação anterior a esta."

Meu Violão Brasileiro é o resultado do trabalho de um músico maduro, preocupado com as inovações que ocorrem em sua profissão. Um disco onde o repertório — representativo da música instrumental brasileira — não impede o arrojo de gravar um choro com violões ovation — algo que puristas da música poderiam considerar uma "heresia".

(Carlos Pompe)

Sabinada: o povo da Bahia luta pelo poder

Há exatamente 146 anos, no dia 7 de novembro, eclodia em Salvador uma revolta que passaria à história com o nome de "Sabinada". Seu mais popular líder era o professor da Faculdade de Medicina, político, jornalista e médico Sabino Álvares da Rocha Vieira, conhecido pelas suas posições de liberal e federalista.

A revolta trazia em seu bojo as contradições e crises vividas pelo império sob a regência trina, provisória, dada a menoridade de D. Pedro II. O ano de 1837 se caracterizou por uma ampla agitação política, com a edição do ato adicional de 1934, a renúncia de Feijó (um dos regentes) e a prisão de Bento Gonçalves, líder da revolução Farrapoísta. A prisão e posterior fuga de Bento agudizaram profundamente o quadro político na Bahia.

SALVADOR OCUPADA

Justamente no dia 7 de novembro desse ano irrompeu a "Sabinada", que os historiadores caracterizam como uma conspiração precedida de ampla campanha de opinião, chefiada por elementos da camada social média, sem aprofundar seus efeitos nas massas me-

diocadas militarmente e sem apoio político das massas, buscam através de medidas conciliatórias o apoio que lhes faltava. Numa assembléia de 11 de novembro já limitam a separação da República Baiana até a maioridade de D. Pedro II, não reconhecendo somente a regência de Pedro de Araújo Lima.

O cerco militar se refletia na vida da cidade, pela falta de farinha e outros gêneros de primeira necessidade. Em março de 1838, as tropas de João Crisóstomo realizam um violento ataque a Salvador, encontrando brava resistência dos revolucionários. Os que sobreviveram à luta foram entregues a um júri composto por latifundiários, que logo foi apelidado de "Júri de Sangue" pelo povo.

A "Sabinada" foi a última revolução armada ocorrida na Bahia. Em que pese seu caráter pequeno-burguês e o distanciamento das massas populares e sua variação e posterior derrota militar, significou um avanço político considerável para a época. Desmascarou também, uma vez mais, o caráter retrógrado e reacionário da monarquia, apoiada pelos senhores de engenho e latifundiários. (Mauel Antônio Neto, da Bahia).

Publicações da Editora

Anita Garibaldi

- O Eurocomunismo é Anticomunismo (E. Hoxha) Cr\$ 1.500,00
- O Imperialismo e a Revolução (E. Hoxha) Cr\$ 1.500,00
- Relatório ao 8º Congresso da PTA (E. Hoxha) Cr\$ 1.000,00
- Discurso aos eleitores (E. Hoxha) Cr\$ 400,00
- Guerrilha do Araguaia (2ª edição) Cr\$ 400,00
- Farabundo Martí, herói de El Salvador Cr\$ 600,00
- (V.I. Lênin) e as eleições Cr\$ 800,00
- A Educação Revolucionária dos Comunistas (D. Arruda) Cr\$ 800,00
- O Revisionismo Chinês de Mao Tsé Tung (J. Amazonas) Cr\$ 1.000,00
- Pela liberdade, pela democracia popular (J. Amazonas) Cr\$ 800,00
- Socialismo — ideal da classe operária (J. Amazonas) esgotado
- Princípios (Nrs. 3, 4, 6) e exemplar: Cr\$ 500,00
- Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., com envio de cheque nominal no valor da compra. Rua Major Queudino, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Redação: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

Assessoria: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (020 011). Telex: 01132133 TLOPR.

PC do B legalizado é desejo democrático



Dona Severiana morreu de fome, e deixou 9 filhos menores

Fome e miséria no sertão da Paraíba

Mulheres grávidas trabalhando nas frentes de emergência, onde os salários são pagos com atraso. Desempregados e famintos invadindo cidades — a procura de alimentos e emprego. Famílias inteiras comendo ração para matar a fome. É o quadro desolador do sertão paraibano, castigado pela seca e pela política irresponsável do PDS.



As mulheres levam os filhos ao trabalho

Após mais de um mês do início da campanha Nordeste, da Rede Globo, e do programa de cestas alimentares financiado pelo Finsocial, a situação das vítimas da seca na Paraíba não melhorou. Pelo contrário, tem se agravado. Neste período ocorreram mais de 40 invasões de cidades por legiões de famintos e desempregados. E a distribuição de alimentos — quando existe — é quase sempre acompanhada por políticos do PDS.

ga, do PDS, entregou ao general Figueiredo um documento onde reconhece que as famílias estão "alimentando-se de ratos, num retrocesso à barbárie. Pior do que o primitivismo desse ato é não ter sequer os ratos para comer, ameaçados que estão de extermínio total". Mas seu secretário de Segurança, Fernando Milanez, preferiu culpar "alguns elementos estrangeiros" pelas invasões das cidades.

BRINCANDO COM A FOME

Os dirigentes sindicais da área do sertão colocaram a necessidade de ocupação das áreas verdes nas beiras de rios e açudes. Só que essas áreas pertencem aos latifundiários, que na realidade são os grandes políticos da Paraíba.

Com a situação de fome, o surgimento de pessoas deformadas física e psicologicamente é uma constante. O raquitismo e a loucura são o que mais se vê. Até mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, conhecido por forjar índices para embelezar a realidade, teve de reconhecer que mais de 70% das crianças nordestinas com menos de 5 anos estão desnutridas. Pela fome tem morrido um grande número de pessoas, como aconteceu com dona Severiana, que deixou nove filhos menores.

Uma testemunha de uma invasão em Soledade, que envolveu 800 pessoas, contou: "Nós assistimos aqui a um quadro trágico. Homens e mulheres se pegando aos tapas, por um punhado de comida". E o padre Américo Maia, deputado do PMDB, alertou: "Os homens do governo, os donos do poder, estão brincando com a fome dos nordestinos". (da sucursal).



O ato pela legalidade do PC do Brasil, marcado para a Assembleia Legislativa de São Paulo mas vetado na última hora pelos órgãos federais, contava com o apoio de um amplo leque de setores democráticos. As pressões que o impediram causaram protestos. "Esse pessoal é terrível, eles agem nos subterrâneos", comenta Néfi Tales, presidente da Assembleia.

Néfi Tales explica que "houve pressões para não fazer o ato, pressões de autoridades federais. Diziam que era ilegal. Eu achei que não era. E houve as pressões". O deputado declara-se formalmente "pelo registro do partido" e considera que esta é a posição do Legislativo paulista: "Eu tive a anuência das bancadas e dos líderes de todos os partidos, inclusive do PDS, para fazer o ato aqui. Todo mundo!".

Sobre os motivos das pressões, Néfi Tales argumenta: "Muitos ainda, do próprio governo federal, querem continuar com a indústria do anticomunismo para pressionar, botar medo na população, para manter seus privilégios e também a política econômica de recessão e injusta. Esse pessoal é terrível, eles agem nos subterrâneos em que a gente não chega".

"Uma provocação onde o partido aparecia como bode expiatório"

Para o dirigente comunista João Amazonas, a interdição do ato do dia 28 foi "mais uma arbitrariedade, do regime militar que viola, assim, a autonomia do Estado e desrespeita o próprio Poder Legislativo. A campanha pela legalização do PC do Brasil — agrega Amazonas — é absolutamente legal, um movimento apoiado por todos os democratas, por diferentes correntes políticas, inclusive numerosos elementos do PDS. Os promotores do ato, atendendo a ponderações de setores democráticos e mesmo da Assembleia Legislativa, concordaram em adiar a sua realização. A campanha, porém, vai prosseguir em São Paulo e em todo o país. É um direito que têm os comunistas e os que almejam a liberdade neste país."

"A quem atribuir — indaga Amazonas — semelhante investida reacionária? As causas são as mesmas que levaram a adoção de medidas de emergência em Brasília: o desespero da reação em face da resistência crescente aos desmandos do governo Figueiredo. Tudo leva a crer que as ameaças de cerco e invasão da Assembleia Legislativa para impedir o ato, feitas pelo superintendente da Polícia Federal, dizendo-se autorizado por Brasília, eram parte de um plano de provocação em São Paulo, preparado no Partido Comunista. Nesse plano, o Partido Comunista aparecia como bode expiatório. Não por acaso tratou-se de apreensão de documentos que estavam na periferia da cidade cujas origens encontram-se possivelmente na atuação de agentes provocadores do tipo Riocentro, explorando a justa revolta das massas. As manobras antidemocráticas fracassaram. Nem por isso se deve subestimá-las. É preciso continuar firmemente e até o fim o combate ao regime militar, antinacional e antipopular, que estrebucha mas continua vivo".

A Tribuna Operária também ouviu a respeito o dr. Márcio Tho-



Tales: "Eles agem nos subterrâneos"



Os deputados federais Chico Pinto (PMDB-BA), Mario Juruna (PDT-RJ), Djalma Bom (PT-SP), Gastone Righi (PTB-SP), Bete Mendes (PT-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e o senador Pedro Simon (PMDB-RS), defendem que "a legalidade do PC do B será uma importante vitória das forças democráticas do país"

71 deputados pela legalidade

Um expressivo grupo de parlamentares manifestou, através de um abaixo-assinado dirigido à Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil, a sua solidariedade ao Ato Público em Defesa da Legalidade do PC do B. O documento, assinado por 71 parlamentares de todos os partidos, deveria ser lido no ato do dia 28, cancelado devido às pressões da reação. Eis a íntegra do documento:

"Nós, abaixo-assinados, deputados federais comprometidos com a luta pela democracia e pela liberdade em nosso país, vimos manifestar de público a nossa convicção plena de que a conquista efetiva da democracia passa, necessariamente, pela ampla e total liberdade de organização partidária. Na oportunidade em que se realiza, em São Paulo, ato público em defesa da legalidade do Partido Comunista do Brasil, reiteramos o nosso compromisso com a luta pela conquista das mais amplas liberdades políticas e por plenos direitos democráticos de livre organização partidária para todas as correntes políticas.

"Manifestamos a nossa solidariedade a luta pela legalidade do PC do Brasil, organização que em sua longa trajetória de lutas sempre se pautou pela defesa intransigente dos direitos da classe operária, da democracia, da liberdade, da paz mundial e do socialismo. Consideramos que a legalidade do PC do Brasil será uma importante vitória das forças democráticas deste país. Recebam as nossas calorosas saudações democráticas".

Assinam o documento os deputados Haroldo Lima, Aldo Azeiteiro, Francisco Pinto, João Cunha, Ademir Andrade, Aurelio Peres, Myrthes Bevilacqua, Mario Frota, Arthur Virgílio Neto, José Góssipo, Ralph Biasi, Domingos Leunelli, Celso Juruna, Fernando Santana, Bete Mendes, José Carlos Vasconcelos, Hermes Zanetti, Abalás Nascimento, Marcelo Santilli, Aluizio Bezerra, Jackson Barreto, José Eudes, Jacques Dorroelins, Boyceva Cunha, Amansy Muller, Nady Rossetti, Floriano Falcão, Rauldo Brittencourt, Walter Canavina, Dêlio dos Santos, Alberto Goldman, Gastone Righi, Marcos Lacerda, Dante de Oliveira, Luis Leal, Raul Ferraz, Onísio Ludovico, Gilson de Barros, Jarbas Vasconcelos, Luis Guedes, Tidel de Lima, Luis Dulci, Brandão Monteiro, Flávio Bierrenbach, Genêbaldo Correia, Euclides Scalco, Alton Soares, Djalma Bom, Del Bosco Amaral, Fernando Gomes, Fernando Lyra, Jorge Viana, Marcelo Cordeiro, Celso Sabóia, Oscar Alves, Elomilson Soares, Lúlio Souza, Pinheiro da Veiga, Sivaldo Guscelini, José Taveira, Roberto Freire, Alcides Lima, Sergio Cruz, Oswaldo Lima Filho, Raymundo Urbano, Alencar Furtado, Cristiano Taveira, Hélio Manhiens, Renan Calheiros, Carlos Wilson e o senador Pedro Simon.



"Direito inalienável e legítimo"

A Comissão Organizadora do Ato distribuiu uma nota "Ao Povo Paulista" explicando as razões que levaram à sua suspensão.

"Preparado com afino e ardor por centenas de colaboradores — diz a nota —, o evento vinha contando com ampla participação dos democratas e, sobretudo, com a simpatia e adesão de milhares de homens e mulheres do povo, que não mediram esforços para organizar caravanas com mais de uma centena de ônibus.

Os donos do poder não puderam tolerar tal manifestação do anseio democrático e progressista do povo paulista. Nas últimas semanas, a Polícia Federal no Estado prendeu inúmeros companheiros que convocavam o povo nas fábricas, no campo, nos bairros e escolas. Visaram impedir o Ato, sob o argumento de sua 'ilegalidade'."

"Criou-se um trágico jogo de pressões, típico de regimes arbitrários, envolvendo a esfera Federal e o Exército, visando atingir desde o governo do Estado, com ameaças de decretação de medidas de emergência, até o cerco e invasão da Assembleia Legislativa. Nessas circunstâncias, os organizadores do evento não poderiam permitir que sua realização servisse de pretexto a uma escalada repressiva e golpista.

"A luta pela legalidade do PC do Brasil teve, nos dias que correram, poderoso impulso. Adiamos o Ato, mas reafirmamos ser esse um direito inalienável, justo e legal, que será levado avante a cada dia, nas lutas que travamos, sob a bandeira da unidade, as mais amplas forças do movimento operário e popular, os democratas e os patriotas."

Thomas Bastos: "Fui convidado e iria"

más Bastos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, que declarou que iria ao ato: "Fui convidado e iria — disse Thomas Bastos. — A posição da OAB é esta, a favor da legalização de todos os partidos que queiram servir de canal para a expressão da opinião pública, inclusive os partidos comunistas. Faz parte do caminho da democracia brasileira esse tipo de manifestação, a abertura de espaço para aquelas correntes políticas que ainda não têm legalidade e aspiram a ela".



Amazonas: "A campanha prosseguirá"

"A Ordem — agrega o presidente da OAB-SP — em princípio vê isso com bons olhos. E faz parte do nosso programa a mais ampla liberdade, até para que estas das nossas metas, que é a Assembleia Nacional Constituinte, quando se fizer, realmente se constitua com um arco bem aberto, representando todas as camadas da população, incluindo os comunistas".

Na Assembleia Legislativa da Bahia, o líder do PMDB, deputado de Falemton Matos, assinou que "a posição adotada pelos integrantes da corrente política que defende a legalização do PC do B reflete a sensibilidade que estas forças democráticas possuem em relação às adversidades autoritárias". Já para o deputado estadual Luis Nova, da Tendência Popular

do PMDB baiano, "a suspensão do ato não passa de adiamento, porque a marcha do povo brasileiro é no sentido de pôr fim ao regime militar".

Por todo o país, a convocação do ato público de 28 de outubro serviu de ensejo para manifestações de simpatia pela causa da legalização do PC do B. Em Goiânia, a Câmara Municipal formou uma comissão de vereadores para fazer-se representar oficialmente. O deputado estadual Ivan Ornelas (PMDB-GO) enviou calorosa mensagem de solidariedade, sublinhando que "os partidos não devem ficar na ilegalidade, principalmente quando existem na legitimidade do reconhecimento popular. É o caso do PC do B". O poeta goiano Tagore Biran expressou



Amazonas: "A campanha prosseguirá"

seu apoio à "vanguarda da revolução".

O deputado federal José Eudes (PT-RJ), em telegrama saudando a manifestação impedida, afirmou: "Não há democracia sem liberdade, não haverá liberdade sem luta. Lutemos". Também o deputado estadual Jório Machado (PMDB-PA) transmitiu seu "apoio à campanha em favor da legalidade do PC do Brasil, em nome de minhas convicções democráticas".

Outras mensagens de solidariedade e apoio foram enviadas, entre elas a da Câmara Municipal de São José dos Campos, "interpretando o sentimento democrático e patriótico dos quase 350 mil habitantes do município", e a do Sindicato dos Professores de Campinas.